

Laurent Bove

A ESTRATÉGIA DO CONATUS

AFIRMAÇÃO E RESISTÊNCIA EM ESPINOSA

ORGANIZAÇÃO
Bernardo Bianchi

TRADUÇÃO
Bernardo Bianchi e José Marcelo Ramos Siviero

1ª edição
São Paulo, 2023



editora politeia

A estratégia do *conatus*: afirmação e resistência em Espinosa

Copyright © Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 1996
Copyright © 2023 Editora Filosófica Politeia para a edição brasileira

TRADUÇÃO:
Bernardo Bianchi e José Marcelo Ramos Siviero

REVISÃO:
Marina Munhoz e Mario Antunes Marino
Confraria de Textos (do posfácio)

CAPA E PROJETO GRÁFICO:
Rogério Trezza

DIAGRAMAÇÃO:
Stacchini Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

B783e Bove, Laurent
A estratégia do *conatus*: afirmação e resistência em
Espinosa / Laurent Bove; organizado por Bernardo Bianchi;
traduzido por Bernardo Bianchi, José Marcelo Ramos Siviero.
- São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2022.
368 p. ; 16cm x 23cm.
Tradução de: La stratégie du *conatus*: affirmation et
résistance chez Spinoza
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-88230-06-0
1. Filosofia. 2. Filosofia contemporânea. 3. Filosofia políti-
ca. 4. Pós-colonialismo. 5. Capitalismo. I. Bianchi, Bernardo.
II. Siviero, José Marcelo Ramos. III. Título.

CDD 100

2022-1932


CDU 1

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100
2. Filosofia 1

A reprodução parcial sem fins lucrativos deste livro, para uso privado
ou coletivo, em qualquer meio, requer autorização prévia dos editores.

isbn 978-65-88230-06-0
1ª edição | 2023
São Paulo | Editora Filosófica Politeia
www.editorapoliteia.com.br
 facebook.com/editorapoliteia
 @editorapoliteia

Sumário

- Obras de referência e siglas utilizadas, 5
- PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA, 7
- INTRODUÇÃO: Infinitude e estratégia, 21
- CAPÍTULO I: A lógica da estratégia do *conatus* espinosista: as etapas da constituição de um mundo, 33
1. O Hábito, atitude constituinte da existência atual, 33
 2. O *conatus*-princípio do prazer, 49
 3. O *conatus*-Memória, 56
- CAPÍTULO II: Constituição do sujeito estratégico, 63
1. O objeto e sua reconhecimento, 63
 2. A reconhecimento, conhecimento útil não adequado, 74
 3. Teoria do sujeito prático, 81
- CAPÍTULO III: O *conatus*-imitação e a estratégia do amor-próprio, 93
1. O *conatus*-imitação e a ambição de dominação, 93
 2. Amor de nós mesmos e estratégias do amor-próprio, 103
 3. Ostentação ou dissimulação? Uma estratégia do “parecer”, 116
- CAPÍTULO IV: *Hilaritas* e *acquiescentia in ipso*: uma dinâmica da alegria, 125
1. A paixão alegre do recém-nascido, 126
 2. *Acquiescentia animi* e conhecimento adequado, 131
 3. Um equilíbrio dinâmico: retorno e produtividade, 134
- CAPÍTULO V: Subjetividade ética e afirmação absoluta da existência singular: uma ética da resistência, 145
1. O autômato espiritual e o sujeito prático, 145
 2. Do sujeito prático amoroso à subjetividade ética, 149
 3. Uma ética da resistência e do amor, 157

CAPÍTULO VI: Inocência do real e laço recursivo, 165

1. A causa sui como movimento real da produção do real, 165
2. Modos infinitos e necessidade circular, 174
3. Da identificação, vínculo sintético/vínculo analítico, à afirmação absoluta de univocidade do Ser (essência singular e lei de produção), 183

CAPÍTULO VII: Por que os homens combatem pela servidão como se fosse pela salvação?, 193

1. A servidão, objeto paradoxal do desejo, 193
2. *Sed obtemperantia subditum facit...*, 205
3. A solução teocrática: da ordem dos signos à ordem política, uma estratégia racional para um povo bárbaro, 217

CAPÍTULO VIII: O estado hebreu: elementos para uma segunda teoria da constituição imaginária do corpo político, 227

1. Do Hábito (atividade constituinte da existência atual da “nação”) à auto-organização da “*multitudinis ingenium*” como sujeito-prático-político, 228
2. O pacto: do princípio de prazer à instauração de um espaço e de uma temporalidade próprias da “nação”, 239
3. A instituição da liberdade, 249

CAPÍTULO IX: A estratégia da *multitudinis potentia*, estratégia própria do *conatus* político, 261

1. O projeto político de autonomia como soberania absoluta e/ou afirmação “absolutamente absoluta” do corpo coletivo, 261
2. É a resistência que faz o cidadão, 285
3. A resistência como direito soberano e eterno, 300

CONCLUSÃO: Estratégia e infinitude, 325

POSEFÁCIO: Alegres espinosistas, 343

Bibliografia, 351

Índice de nomes, 365

OBRAS DE REFERÊNCIA

- Breve tratado de Deus, do homem e de seu bem-estar* [KV]. Trad. Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso e Luís César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- Ética*. [E]. Trad. Grupo de Estudos Espinosanos. Coord. Marilena Chaui. São Paulo: Edusp, 2016.
- Princípios da filosofia cartesiana e Pensamentos metafísicos* [PPC]. Trad. Homero Santiago e Luís César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- Tratado da emenda do intelecto* [TIE]. Trad. Cristiano Novaes de Rezende. Campinas: Editora Unicamp, 2015.
- Tratado político* [TP]. Trad. Diogo Pires Aurélio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- Tratado teológico-político* [TTP]. Trad. Diogo Pires Aurélio. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004

SIGLAS UTILIZADAS

- p.: apêndice
ax.: axioma
cap.: capítulo
corol.: corolário
def.: definição
DA.: Definição dos Afetos
dem.: demonstração
lem.: lema
pref.: prefácio
esc.: escólio
expl.: explicação



A ESTRATÉGIA
DO *CONATUS*



A Renée e Lionel

A presente obra teve como ponto de partida um doutorado defendido em 1992 na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne. Meus agradecimentos vão, particularmente, ao professor Alexandre Matheron, cujos apontamentos e amizade acompanharam a história desta pesquisa, assim como aos professores Geneviève Brykman e Pierre-François Moreau, que de bom grado releeram o manuscrito e fizeram suas observações.



INFINITUDE e estratégia

“Por causa de si entendo aquilo cuja essência envolve existência, ou seja, aquilo cuja natureza não pode ser concebida senão existente”. Assim se abre a *Ética*, com uma afirmação fulgurante, pela qual se tornam possíveis um pensamento verdadeiro e uma vida livre.

A *causa sui* não é um princípio abstrato e, entretanto, dela nada se deduzirá; ela é a posição do real (em sua essência idêntica a sua potência) como “afirmação absoluta” ou como autonomia. Espinosa, ao recuperar esta noção oriunda de uma longa história¹, recusa, todavia, sua herança mais imediata, assim como a mais remota. De Aristóteles, recusa a interpretação pela causa final² e, de Descartes, o modelo demasiado estreito da causalidade eficiente. Entretanto, “[d]e toda coisa deve ser assinalada a causa ou razão tanto por que existe, quanto por que não existe [...]”. Esta razão ou causa, na verdade, deve estar contida ou na natureza da coisa ou fora³. Assim, na expressão “aquilo cuja essência envolve (*involvere*) existência”, é preciso atentar para o quanto a implicação da existência na essência marca a presença imanente de uma causa ou de uma razão, intrínseca a esta essência, a qual nos faz conhecê-la. E essa presença é a do infinito em ato, isto é, como escreve Espinosa

1. Cf. Stanislas Breton, “Origine et principe de raison” in *Revue des Sciences philosophiques et théologiques*, 58 (1974), pp. 41-57; e do mesmo autor, “Hegel ou Spinoza, réflexions sur l’enjeu d’une alternative”, in *Cahiers Spinoza* 4, 1983, particularmente pp. 66-71.

2. Aristóteles, *Metafísica* (I, 982b25-29). Cf. também o *Comentário sobre o Evangelho de João* (XV, 15), no qual São Tomás de Aquino sublinha, no homem livre, o encontro do “em-si” e do “para-si” (na *causa sui*), como “causa motriz e causa final de sua obra”.

3. *Ética* I, II, primeira demonstração alternativa; *GEE*, p. 59; G II, p. 52.

no primeiro escólio da *Ética*, “a afirmação absoluta da existência de alguma natureza”⁴. O infinito pode, então, ser conhecido pela razão, ou pela causa, que explica (desenvolve e afirma) sua presença. Ora, sendo esta razão uma razão interna que, desenvolvida, explica a coisa totalmente pela adequação perfeita de sua essência e de sua existência, segue-se que ser causa de si é afirmar absolutamente (perfeita ou totalmente) sua razão ou sua causa. O modelo da *causa sui* é, portanto, o da afirmação absoluta da causa (ou da razão); mas também da infinitude, da liberdade e da eternidade⁵, que são tanto expressões atuais da potência e da causalidade por si... quanto traços característicos do espinosismo.

Dois grandes contrassensos devem, assim, ser evitados pelo leitor da *Ética*: dizer que Deus ou a Natureza (*Deus sive natura*) é sem razão e sem causa (suprimindo, assim, o valor ontológico do modelo matemático), ou crer que, se esta causa existe, ela envolve – numa ausência da razão – o mistério de sua própria produção (expondo-se, pois, o limite operatório da *Mathesis*).

Longe de ser de fato o cadinho da incompreensibilidade de Deus, a *causa sui* é, ao contrário, o próprio modelo de inteligibilidade integral do Real; Deus afirma absolutamente sua causa (ou sua razão) na infinidade infinita de seus efeitos e em cada uma de suas expressões, e assim,

O que quer que exista exprime de maneira certa e determinada (pelo *Corol. da Prop. 25*) a natureza, ou seja, a essência de Deus, isto é (pela *Prop. 34*), o que quer que exista exprime de maneira certa e determinada a potência de Deus, a qual é causa de todas as coisas, e por conseguinte (pela *Prop. 16*) disso deve seguir algum efeito.

Por meio de um atalho perfeito, as últimas linhas da Demonstração da *Ética* I, 36, esclarecem, num sentido radicalmente espinosista, a formulação tradicional de sua primeira *definição*.

A Natureza afirma absolutamente sua causa, ou seja, “de maneira certa e determinada”, sua própria potência em cada uma de suas afecções singulares.

4. *Ética* I, 8, esc. 1.

5. Sobre a infinitude, liberdade, necessidade e eternidade, esta “quadruplicidade indissolúvel fundada na *causa sui*”, cf. Martial Gueroult, *Spinoza, Dieu (Ética I)*, p. 75. A esses quatro termos “quase intercambiáveis”, Gueroult acrescenta também “o verdadeiro” (p. 81); e “o problema da infinitude e o da existência por si formam um (p. 189)”.

Toda determinação é, *sub specie æternitatis*, a afirmação absoluta da substância em suas afecções, constitutiva desta essência singular atual e produtiva que Espinosa chama de “*conatus*”⁶. Assim, tal como o afirmará a Proposição 6 da Parte III, “cada coisa, o quanto está em suas forças [de *potentia*], esforça-se para perseverar em seu ser”, isto é, para afirmar absolutamente sua existência, ou ainda, para exprimir totalmente sua causa (ou, no caso da ideia adequada, sua razão); pois “a potência do homem, enquanto é explicada pela essência atual dele, é parte da potência infinita de Deus ou da Natureza, isto é (pela Prop. 34 da parte 1), da sua essência infinita”⁷.

A *Ética*, como livro, põe, então, como primeira definição a *causa sui*. O pensamento da *Ética* não coloca, entretanto, a substância como princípio. Afirmar absolutamente sua causa é pensar adequadamente, ou seja, segundo a autoprodutividade mesma do Real ou o movimento real de seu engendramento. Portanto, Espinosa não começa abstratamente por Deus como princípio, mas pelo centro do pensamento, no movimento real da afirmação “absoluta” e “perfeita” da ideia⁸. E ele convida o leitor, nesse prólogo, a pensar assim, isto é, de golpe, a avançar com ele no caminho sem começo nem fim do movimento autônomo da produção do real; produção também das ideias, que só são ideias verdadeiras porque são, antes de tudo, verdadeiras ideias, isto é, o próprio real, tal como se constitui, *em e através do*⁹ atributo Pensamento.

É, então, o caráter fulgurante da *causa sui* (ou a posição da existência por si) que dinamiza todo o real e dá aos homens, assim como às sociedades, tanto no seu pensamento como no seu corpo, “de maneira certa e determinada”, a verdadeira condição de possibilidade em ato para um pensamento adequado (ou seja, absoluto e perfeito) e para uma condução autônoma da

6. *Conatus, quo unaquaque res in suo esse perseverare conatur nihil est praeter ipsius rei actualem essentiam*. Cf. *Ética* III, 7.

7. *Ética* IV, 4 dem.

8. *Ética* II, 34.

9. Laurent Bove utiliza com frequência este recurso *dans et par* (em e através de) para enfatizar, simultaneamente, a dimensão espacial (onde algo ocorre) e a dimensão causal (aquilo por meio do qual algo ocorre). Com isso, ele procura estabelecer uma conexão entre uma dimensão passiva (dimensão do *dans*) e uma dimensão ativa (dimensão do *par*), conexão esta que, em última instância, cancela a polarização dos termos [N. T.].

vida: “agir absolutamente por virtude nada outro é em nós que agir, viver e conservar o seu ser (os três significam o mesmo) sob a condução da razão, e isso pelo fundamento de buscar o próprio útil”¹⁰.

Proposição 24 da *Ética* IV, que vale tanto para o homem quanto para a sociedade que, na afirmação “absolutamente absoluta”¹¹ de sua existência, alcança sua própria plenitude, de sabedoria ou de liberdade¹².

O sentido e o valor espinosista da *causa sui* se afirmam assim por suas consequências produtivas nos domínios ético e político, e o princípio de causalidade, segundo o qual ela deve ser essencialmente compreendida, não é aquele enunciado de passagem na Segunda Demonstração da *Ética* I, II, mas, sim, aquele que lhe é inverso e que fecha magistralmente a Parte I: “Nada existe de cuja natureza não siga algum efeito”. Identificam-se, então, princípio de causalidade e expressão da “potência de Deus, a qual é causa de todas as coisas”, do mesmo modo que é causa de si - para afirmar o sentido e o valor da *causa sui*: a afirmação absoluta da potência em atos¹³.

10. “Próprio útil” deve ser lido como o útil que lhe é próprio, o “seu útil” (*suum utile*), tal como ocorre no Escólio da Proposição XVIII da *Ética* IV. Como se verá, essa é uma expressão recorrente nesta obra de Bove [N. T.].

11. No original, “*absolument absolue*”. Na passagem do *TP* XI, §1, Espinosa escreve: *omnino absolutum imperium*, expressão que Charles Appuhn, autor da tradução para o francês de que Laurent Bove se vale, traduz por “[État] du tout absolue”. Bove prefere, contudo, não seguir a tradução de Appuhn. A mesma expressão é traduzida por Diogo Pires Aurélio para o português como “totalmente absoluto estado” (p. 137). Na presente tradução, nós optamos por traduzir a expressão por “absolutamente absoluto”, ignorando, assim, neste caso específico, a tradução de Pires Aurélio, uma vez que nossa tradução está mais próxima da intenção original de Bove [N. T.].

12. *TP* XI, I. Espinosa se inscreve numa história para a qual a noção de *causa sui* é correlata a uma interpretação política e jurídica; assim, São Tomás de Aquino, no seu *Comentário sobre o Evangelho de João*, XV, 15, identifica imediatamente a condição do mestre à autonomia conferida pela *causa sui*, numa oposição radical à condição do escravo: *Servus proprie est qui non est causa sui; liber vero qui est sui causa. Est ergo differentia inter operationes servi et liberi, quia servus operatur causa alterius; liber autem causa sui operatur et quantum ad causam finalem operis et quantum ad causam moventem, nam liber propter se operatur sicut propter finem et a se operatur quia propria voluntate movetur ad opus; sed servus nec propter se operatur sed propter dominum, nec a se sed a domini voluntate et quasi quadam coactione* (citado por Breton, “Origine et principe de raison”, *Revue des sciences philosophiques et théologiques*, 58 (1974), p. 45).

13. Contrariamente ao costume, nós escrevemos “em atos”, no plural, a fim de sublinhar que, para Espinosa, a unidade da substância está na pluralidade (a infinidade) de suas afirmações singulares: o que será mostrado em nosso Capítulo VI, 3. A propósito de uma ontologia materialista, “que leva em consideração, não mais o princípio das coisas que são seres, mas o Ser enquanto ser, isto é, Ser enquanto seres (este plural não é um lapso) em sua estrutura intrínseca” (cf. Bernard Rousset, “Le problème du matérialisme dans le spinozisme”, *L'enseignement philosophique* n. 5, mai-jun 1991, pp. 3-19).

Mas este efeito de laço pelo qual a última proposição da *Ética* I atribui, de maneira recorrente, à primeira definição toda a realidade de seu sentido – e que faz da Parte I da *Ética* o comentário mais inaudito que a filosofia pôde dar da *causa sui* – é a expressão, no pensamento, do laço recursivo¹⁴ do próprio ser real.

A Natureza se constitui nas e através de suas próprias afecções, e a perseverança em seu ser de cada um de seus modos (ideias, corpos, e a infinidade infinita dos modos dos atributos que nós não conhecemos) não é tão somente um efeito, mas a atividade produtiva do próprio Real em sua autoafirmação. É assim que, tanto para os homens quanto para as sociedades, compreende-se o imperativo: tornar-se o que se é, isto é, produtividade integral do real, em si e por si, atualização total de sua potência¹⁵... *causa sui*!

Tornar-se Deus? Sonho tão quimérico quanto absurdo, pois é contraditório com nossa condição de homens: “Não pode acontecer que o homem não seja parte da Natureza e que não possa padecer outras mudanças a não ser as que podem ser entendidas por sua só natureza e das quais é causa adequada”¹⁶.

14. Ambas as expressões, *effet de boucle* e *boucle réursive*, oferecem alguma dificuldade ao tradutor para o português, sobretudo a última. A ideia que está por traz dessas expressões utilizadas por Bove é precisamente a de uma circularidade ontologicamente produtiva e aberta que, encontrando expressão no pensamento, faz com que, na construção formal da *Ética*, a última proposição do *De Deo* nos ofereça o real significado de sua primeira definição, a de *causa sui*, ao mesmo tempo em que nesta já se encontra o maior significado ontológico da última proposição, que nos diz da produtividade real e dinâmica da potência absolutamente infinita da *causa sui* exprimindo-se necessariamente em seus modos. Ou seja, no *princípio produtivo* expresso na primeira *definição* já se encontra a própria *dinâmica produtiva* expressa na última proposição da Parte I da *Ética*. Bove toma a expressão de empréstimo de Edgar Morin, que consagrou a expressão *boucle réursive*. O termo foi traduzido como “anel recorrente” na edição portuguesa (trad. de Maria Gabriela de Bragança) do primeiro volume da série de Morin sobre método. V. Edgar Morin, *O método. 1. A natureza da natureza*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997. Na presente tradução, nós optamos pelo termo “efeito de laço” e “laço recursivo”, uma vez que essas expressões convêm, melhor do que as outras opções – tal como anel –, o sentido de circularidade aberta [N. T.].

15. O leitor de Espinosa não se deixará enganar pela expressão “atualização total de sua potência”: evidentemente, ela não tem aqui o sentido aristotélico do desdobramento daquilo que um ser já traz em potência, e que poderá ou não ser atualizado. Trata-se simplesmente do exercício mesmo da essência e da potência de um ser, enquanto tal, que exprime de maneira certa e determinada a essência e a potência da atividade produtora infinita da *causa sui*. Atualizar a potência é, portanto, exercê-la em ato, é exercer o próprio ser; atualizá-la *totalmente* é tornar-se plenamente o que se é, e, portanto, *ser* plenamente o que se é. Com “*actualisation*”, em suma, Bove quer simplesmente dizer “realizar atos” [N. T.].

16. *Ética* IV, 4.

Mas experimentar nossa infinitude, nossa eternidade e nossa liberdade sem cessar de sermos mortais e aceitando esta condição é possível, pois já está em nós e em nossa posse, *aqui e agora*, no núcleo mesmo de nosso ser finito e de tudo o que nós fazemos; e isso tanto mais quanto mais o fazemos com alegria, pois “quanto maior é a Alegria com que somos afetados, tanto maior é a perfeição a que passamos, isto é, tanto mais é necessário que participemos da natureza divina”¹⁷. Nós somos de maneira intrínseca; cada modo é essa “afirmação absoluta da existência de alguma natureza” pela qual se define “o ser infinito”. Espinosa nos convida a pensar e a nos tornar de maneira integral esse infinito atual que nós somos – como presença imanente da causa em seus efeitos, da potência, em seus atos, do infinito, no finito; numa experimentação produtiva e total de nossa potência de agir. É esse infinito que nós somos “de maneira certa e determinada” que expressa, no terceiro gênero de conhecimento, a ideia adequada de nossa essência singular. Pois conhecer-se adequadamente na sua singularidade de modo finito é compreender-se, não a partir de sua finitude ou do limite que nos separa e nos opõe aos outros modos, mas segundo a infinitude que nos constitui ou a maneira pela qual procedemos da eternidade¹⁸. É o pensamento mais elevado da *Mathesis* do ser na medida em que ele é o próprio pensamento de Deus, do ato pelo qual toda a substância se afirma absolutamente *more geometrico* em uma afecção singular *na* qual e *pela* qual ela se autoproduz. É justamente porque a afirmação absoluta da existência está na própria raiz do ser – é o próprio ser enquanto absolutamente infinito –, que toda arbitrariedade está excluída e que nós experimentamos, em Deus, a absoluta inocência “sem princípio nem fim” de nossa necessidade eterna que é também nossa felicidade e nossa liberdade¹⁹.

Tornar-se Deus é absurdo, mas produzir em Deus e através de Deus (a Natureza) o movimento real, potente e alegre, pelo qual o ser se autoproduz de maneira absolutamente autônoma, é o que significa o projeto ético... e, segundo o mesmo espírito, o projeto político espinosista.

17. *Ética* IV, 45, esc. do corol. 2.

18. Cf. Pierre Macherey, *Hegel ou Spinoza*, p. 163, e Bernard Rousset, “L’Être du fini dans l’infini selon l’Éthique de Spinoza”, *Revue Philosophique*, n° 2, abr-jun 1986, pp. 223-47.

19. *Ut ergo nullius finis causa existit, nullius etiam finis causa agit; sed ut existendi, sic & agenda principium, vel finem habet nullum*. V. *Ética* IV, Pref.; *GEE*, pp. 373-75, G II, pp. 206-7.

Entretanto, a *Ética* se encerra com a observação da dificuldade extrema desta empreitada, que só tem como equivalente a sua beleza²⁰.

Desde a Definição 2 da Parte I, nós já sabíamos como cada um de nossos pensamentos, assim como cada um de nossos atos, necessariamente encontrariam, fora deles, um outro corpo e outra ideia que criam obstáculos a eles²¹. Após a afirmação absoluta da causa interna pela qual será definida a liberdade²², e, em seu desdobramento integral, nossa Felicidade²³, Espinosa define, então, o limite externo que, ao caracterizar toda coisa finita, é, em primeiro lugar, o horizonte da servidão e da morte. A experiência dos obstáculos e do limite é a experiência primeira – e contínua – de toda existência. Se, da posição de um corpo qualquer, deve necessariamente seguir algum efeito (e segundo a afirmação absoluta da causa, efeitos com uma necessidade interna), pode-se dizer também que afirmar a existência de um corpo qualquer é necessariamente afirmar, com ele, uma infinidade de outros corpos que criam, ao mesmo tempo, imediatamente obstáculos a esse desenvolvimento autônomo e, ainda que não o eliminem completamente, eles lhe impõem, do exterior (e em parte), os caminhos necessários de sua expressão:

O Desejo é a própria essência ou natureza de cada um, enquanto concebida determinada a fazer [agir] algo por uma dada constituição sua, seja qual for (*ver Esc. da Prop. 9 desta parte*); logo, conforme cada um é afetado por causas externas com esta ou aquela espécie de Alegria, Tristeza, Amor, Ódio, etc., isto é, conforme sua natureza é constituída desta ou daquela maneira, assim seu Desejo será necessariamente um ou outro, e a natureza

20. “Se agora parece árduo o caminho que eu mostrei conduzir a isso, contudo ele pode ser descoberto. E evidentemente deve ser árduo aquilo que tão raramente é encontrado. Com efeito, se a salvação estivesse à mão e pudesse ser encontrada sem grande labor, como poderia ocorrer que seja negligenciada por quase todos? Mas tudo o que é notável é tão difícil quanto raro”. *Ética* V, 42, esc.

21. “É dita finita em seu gênero aquela coisa que pode ser delimitada por outra de mesma natureza. P. ex., um corpo é dito finito porque concebemos outro sempre maior. Assim, um pensamento é delimitado por outro pensamento. Porém, um corpo não é delimitado por um pensamento, nem um pensamento por um corpo”, *Ética* I, def. 2.

22. *Ética*. I, def. 7.

23. *Ética*. V, 42. Tomamos aqui em consideração a orientação do Grupo de Estudos Espinosanos, que, na tradução da *Ética*, optou por traduzir o termo latino “*beatitudo*” por “felicidade”, tendo em vista o caráter fortemente religioso associado ao equivalente português “beatitude” [N. T.].

de um Desejo diferirá da de outro tanto quanto diferem entre si os afetos de que cada um se origina²⁴.

O Desejo é certamente produtividade, mas esta só pode ser compreendida, em seus conteúdos específicos, segundo o *comércio*²⁵ que o Corpo mantém com o mundo exterior. Isso demonstra como, no seio de relações de forças necessariamente desfavoráveis, a autonomia, como afirmação absoluta da causa, é um combate; e que, desde nosso nascimento, somos apenas de maneira extremamente parcial a causa do que ocorre em nós e do que fazemos²⁶.

Se convocamos o princípio de causalidade para compreender a primeira definição, a segunda definição da *Ética* envolve, por sua vez, um princípio de contradição que só será explicitamente afirmado na Proposição 3 da *Ética* IV²⁷; no seio da Natureza naturada, a contradição é o signo da finitude da existência modal: “A força pela qual o homem persevera no existir é limitada e é infinitamente superada pela potência de causas externas”. Como o *conatus* de uma coisa qualquer envolve uma pura afirmação, esta coisa não poderá ser destruída (em sua constituição extrínseca) senão por uma causa exterior²⁸. Por definição, “Coisas [...] de natureza contrária [...] não podem estar no mesmo sujeito, enquanto uma pode destruir a outra”²⁹, mas, ao contrário, toda coisa, por essência, “opõe-se [*opponitur*] a tudo que pode tirar-lhe a existência, e por isso, o quanto pode e está em suas forças, esforça-se para perseverar em seu ser”³⁰. E essa perseverança, na própria contradição, é o processo constitutivo de uma individualidade de “natureza superior em força” capaz de resistir.

É, antes de tudo, do ponto de vista desta dinâmica da resistência ativa do *conatus* a uma aniquilação total pelas forças exteriores mais potentes, que a afirmação da existência é denominada estratégia. Na raiz de toda existência, há a resistência. Resistência e estratégia se seguem necessariamente da

24. *Ética* III, 56, dem.

25. *Commercium*; cf. *Ética* IV, 18, esc.; *GEE*, p. 405, G II, p. 222.

26. *Ética* III, def. 2.

27. Preparado pelo axioma da Parte IV e as Proposições 4 e 5 da Parte III.

28. *Ética* III, 4.

29. *Ética* III, 5.

30. *Ética* III, 6, dem.

essência de cada ser existente como se “segue necessariamente aquilo que serve à sua conservação”³¹. A ideia de estratégia envolve, com efeito, a de ação causal total e, para cada *conatus* – pode-se dizer, a cada instante da existência –, o risco essencial de vida ou morte do modo existente. Longe de toda finalidade interna, a tese de uma estratégia do *conatus* se inscreve então no plano imanente e causal, integralmente inteligível, do racionalismo absoluto. Potência singular de afirmação e de resistência, o *conatus* espinosista é uma prática estratégica de decisão de problemas e de sua resolução³². A noção de estratégia, oriunda do campo da guerra³³, não será empregada por nós de maneira metafórica. A condição do corpo – de maneira mais urgente ainda que a das sociedades – é uma condição de guerra total e ninguém escapará, por fim, à morte: “[n]a natureza das coisas, não é dada nenhuma coisa singular tal que não se dê outra mais potente e mais forte do que ela. Mas, dada uma coisa qualquer, é dada outra mais potente pela qual aquela pode ser destruída”³⁴.

É por isso que o risco é a estrutura permanente do existente ou do modo finito. Agir consiste em pôr a própria vida em risco³⁵; e não podemos não agir, pois nosso ser é ação.

O conceito de estratégia designa, então, antes de tudo, a capacidade de um corpo para afirmar e resolver os *problemas* postos pela sua própria atualização numa situação de risco e de impotência que o designa imediatamente como vítima. No e através do *Hábito*, da Memória e da Reconhecimento, o *conatus* forjará, pela força da Imaginação, os instrumentos de sua perseverança. É neste sentido que os corpos (tal como os pensamentos) lutam desde o seu

31. *Ética* III, 9, esc.

32. É porque se apoia sobre a realidade da *atividade* das coisas finitas nas suas articulações recíprocas, que a hipótese de uma estratégia do *conatus* é o oposto de uma interpretação “ocasionalista” das determinações extrínsecas entre modos, tese que se pode ler, por exemplo, em Gabriel Huan, *Le Dieu de Spinoza*, pp. 122-23.

33. A noção (do grego *stratēgos*, chefe do exército) se encontra em Aristóteles (“o fim da estratégia é a vitória”, na *Ética a Nicômaco*, I, Cap. I, 3), mas – embora o termo estratégia não existisse ainda – é com Maquiavel que nasce verdadeiramente um pensamento estratégico como teoria da guerra, natural e necessária, a fim de assegurar a sobrevivência do Estado: cf. “Machiavel: la renaissance de l’art de la guerre”, de Félix Gilbert in: *Les maîtres de la stratégie*, vol. 1, ed. francesa de 1980 prefaciada por R. Aron, pp. 13-37.

34. *Ética* IV, ax.

35. *TTP* XV; PA, p. 322, G III, p. 187.

nascimento, segundo os meios específicos ligados a sua complexidade, para construir e defender o espaço-tempo de sua afirmação: *tempo* da produtividade estratégica de cada modo finito que Espinosa chama de “duração”, ou seja, “continuação indefinida do existir”³⁶; *espaço* da finitude em que cada coisa “finita em seu gênero” é “delimitada por outra de mesma natureza”. A Definição 2 da *Ética* I salienta, com efeito, que o problema de toda existência modal é, antes de tudo, um problema de espaço a construir, a conquistar, a liberar, mas também a defender. A estratégia do *conatus* é, em primeiro lugar, uma conquista do espaço, tanto para os corpos quanto para as ideias. Pois as outras ideias também são, tal como os corpos, fora de nós, verdadeiros sistemas de representações que se impõem imediatamente ao nosso espírito, reduzindo, assim, sua capacidade inata de exercer sua própria potência. Espinosa não cessará de lutar para conquistar novos espaços para o pensamento... e para a liberdade: luta ideológica e política, constitutiva de um espaço público da livre expressão das opiniões, cadinho da dinâmica constitutiva da democracia.

Não se poderia, assim, reduzir o campo operatório da noção de estratégia apenas aos domínios do indivíduo e de sua sobrevivência. Se a sobrevivência é um critério pragmático das capacidades estratégicas e adaptativas de um indivíduo qualquer, ela não poderia ser, entretanto, para o *conatus* (ainda que individual), o critério de seu controle efetivo dos problemas postos *em e através de* seu esforço de atualização. Apenas a “ideia adequada”, como realidade de uma verdadeira ideia, responde de maneira ajustada ao problema posto no real a partir do que nos acontece (a saber, a afecção, objeto da ideia pela qual esse corpo é afirmado e o problema é posto); ela envolve uma posição estratégica de potência (de pensar e de agir), e, por conseguinte, de controle dos problemas. Ela é o próprio movimento de nossa plenitude, pelo qual o modo conquista sua autonomia: “O afeto que é uma paixão deixa de ser paixão tão logo formemos uma ideia clara e distinta dele”³⁷; é o caminho da libertação.

Cada ideia verdadeira (como ideia adequada) será, assim, sempre, uma vitória contra a violência do não pensamento de uma “época”, e é de maneira revolucionária que ela se atualizará, segundo o movimento real da constituição dinâmica do Real, pela criação de um novo espaço-tempo imanente

36. *Ética* II, def. 5.

37. *Ética* V, 3.

ao próprio pensamento e sempre novo. É em e através de tal empreitada de libertação do pensamento e do corpo que Espinosa elabora uma estratégia “segundo o ditame da Razão”, na continuidade real da estratégia espontânea de afirmação dos corpos em e através de tal empreitada de libertação do pensamento e do corpo³⁸. Mas também, em parte, contra suas formas extrínsecas de atualização que, abandonadas a seus próprios mecanismos imaginários, levaram os homens a se tornarem insuportáveis uns aos outros³⁹, invejosos e odiosos⁴⁰. É sob a constatação do fracasso de uma lógica espontânea do *conatus* em regime de heteronomia – o qual favorece o desdobramento quase autônomo da violência –, que uma estratégia racional se impõe como uma necessidade vital. O modelo matemático se torna, então, uma arma para desbravar esses novos espaços de afirmação do pensamento e da vida, inicialmente sufocados pelos preconceitos e pelas superstições, mas também oprimidos e explorados pelos tiranos. Pois o obstáculo, na vida comum, transformou-se em adversidade, e o combate, em política.

Mas Espinosa não abandona o terreno metafísico – ou ontológico, seus imperativos, suas questões e seus problemas. Tanto no domínio político quanto no domínio ético, é do ponto de vista da afirmação absoluta da causa (movimento real que define a *causa sui*) que é preciso compreender a essência mesma da estratégia – ou seu estatuto ontológico.

A estratégia política espinosista se apoia, no real, sobre uma teoria da estratégia imanente do próprio corpo coletivo – ou do *conatus* político – concebido como “multidão” ou, mais precisamente, “potência da multidão”. Ora, esta, como o corpo individual, tende, de maneira estritamente causal, à afirmação *absolutamente absoluta* de seu direito. Espinosa chama de democracia esta aptidão de uma sociedade à afirmação *absolutamente absoluta* de sua potência. E é também nesse mesmo sentido – o do movimento real da produção autônoma do real – que a democracia é a ideia adequada (como ideia “absoluta” e “perfeita”) da sociedade humana.

Como a sabedoria para o corpo individual, a democracia é o movimento real da vida em sua afirmação para o corpo social, movimento pelo qual o

38. *Ética* IV, 18, esc. e 24.

39. *Ética* III, 55, esc.

40. *Ética* III, 31, esc.

estado de impotência e de servidão do ser-dado é efetivamente abolido. É também o combate de Espinosa que participa, sobre a base de um saber verdadeiro, da construção das condições objetivas deste movimento liberador.

Assim, ao contrário de Platão, que, após o ocaso da democracia ateniense, construiu uma filosofia política a partir da exclusão do poder político do povo, Espinosa, após o ocaso da livre República das Províncias Unidas (1672), e apesar do furor popular que sobre ela se abateu – e que ele violentamente condenou, *Ultimi barbarorum!* –, será o primeiro filósofo, depois de Maquiavel talvez, a não escrever uma nova *Weltanschauung* política “privada”, contra o movimento real das “massas”, mas a inscrever sua reflexão no movimento mesmo de afirmação absoluta da existência da *multitudinis potentia*⁴¹ – inscrição ao mesmo tempo histórica e ontológica, já empreendida no *Tratado teológico-político*, e que o *Tratado político* radicalizou. Vemos, assim, como, desde o *TTP*, redigido (de 1666-67 a 1670) em meio à elaboração da *Ética* (1662-1675), o conceito de resistência se tornou política e filosoficamente operativo; pois é sobre a atividade da resistência que Espinosa sustentou a constituição da soberania popular, assim como a essência da cidadania e da história. Com Espinosa, o pensamento político já não é uma especulação direta sobre o melhor dos regimes: ele se afirma, antes de tudo, como teoria da estratégia do *conatus* do corpo coletivo em seu processo real de auto-organização “absoluta”.

41. Sobre o “ponto de vista da massa” (ou “das massas”) adotado por Espinosa em sua teoria política e do Estado, cf. Étienne Balibar, “Spinoza, l’anti-Orwell. La crainte des masses” in *Les temps modernes*, set 1985, pp. 354 sq.